

**COTAS RACIAIS COMO FRONTEIRA IDEOLÓGICA NO BRASIL: EVIDÊNCIAS DO
ESEB 2022**

**RACIAL QUOTAS AS AN IDEOLOGICAL FRONTIER IN BRAZIL: EVIDENCE FROM
THE 2022 ESEB**

**LAS CUOTAS RACIALES COMO FRONTERA IDEOLÓGICA EN BRASIL: EVIDENCIAS
DEL ESEB 2022**



10.56238/revgeov17n2-047

Francisco Robert Bandeira Gomes da Silva

Doutor em Sociologia

Instituição: Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal do Piauí (UFPI)

E-mail: Francisco.bandeira@ufpi.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3123-6801>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6426688872703005>

Árion Bartira Ferreira da Silva

Graduando em Ciências Sociais

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

E-mail: arionbartira@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-5890-9388>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8499044801711303>

Maria Eduarda Costa Soares

Graduanda em Ciências Sociais

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

E-mail: eduardacss2001@gmail.com

Orcid : <https://orcid.org/0009-0007-6803-170X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9838943344982343>

Sunamita Alves da Silva

Graduanda em Ciências Sociais

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

E-mail: sunamitaa750@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-2362-9863>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6979614008532499>

Yasmin Silva Pádua

Graduanda em Ciências Sociais

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

E-mail: yasminpaduaufpi@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-1964-1143>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6048031162884513>



RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar se o apoio às cotas raciais no ensino superior brasileiro está associado ao posicionamento ideológico da população. Utilizam-se dados do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2022, com aplicação de ponderação amostral e modelos de regressão logística para estimar as probabilidades de apoio à política ao longo do espectro ideológico. A análise descritiva e inferencial evidencia a existência de um gradiente ideológico consistente, no qual indivíduos identificados com a esquerda apresentam maiores níveis de apoio às cotas, seguidos pelos que se posicionam no centro, enquanto os situados à direita concentram maior rejeição, mesmo após o controle por características sociodemográficas. Os resultados são interpretados à luz da literatura sobre cultural backlash, indicando que as cotas raciais operam como política de reconhecimento capaz de ativar conflitos morais e culturais profundos na sociedade brasileira. Conclui-se que a política constitui uma fronteira ideológica contemporânea, estruturando o comportamento político em torno de valores e reações culturais às agendas de igualdade racial.

Palavras-chave: Cotas Raciais. Ideologia Política. Comportamento Político. Políticas de Reconhecimento. Cultural Backlash.

ABSTRACT

This article analyzes whether support for racial quotas in Brazilian higher education is associated with ideological self-placement. Using data from the 2022 Brazilian Electoral Study, the analysis applies survey weights and logistic regression models to estimate predicted probabilities of support across the ideological spectrum. The descriptive and inferential results reveal a clear ideological gradient, with higher support among individuals on the left, intermediate levels among centrists, and greater opposition among those on the right, even after controlling for sociodemographic characteristics. Interpreted through the cultural backlash framework, the findings suggest that racial quotas function as a recognition policy that activates moral and cultural conflicts in contemporary Brazil. The article concludes that affirmative action has become a key ideological boundary shaping political attitudes and value-based divisions.

Keywords: Racial Quotas. Political Ideology. Political Behavior. Recognition Policies. Cultural Backlash.

RESUMEN

Este artículo analiza si el apoyo a las cuotas raciales en la educación superior brasileña está asociado con el posicionamiento ideológico de la población. Se utilizan datos del Estudio Electoral Brasileño de 2022, aplicando ponderaciones muestrales y modelos de regresión logística para estimar las probabilidades previstas de apoyo a lo largo del espectro ideológico. Los resultados descriptivos e inferenciales muestran un gradiente ideológico claro, con mayor apoyo entre los individuos de izquierda, niveles intermedios entre los centristas y mayor rechazo entre quienes se ubican a la derecha, incluso después de controlar por características sociodemográficas. A la luz del enfoque del cultural backlash, los hallazgos indican que las cuotas raciales funcionan como una política de reconocimiento que activa conflictos morales y culturales profundos en la sociedad brasileña contemporánea. Se concluye que esta política se ha convertido en una frontera ideológica central que estructura actitudes políticas basadas en valores.



Palabras clave: Cuotas Raciales. Ideología Política. Comportamiento Político. Políticas de Reconocimiento. Cultural Backlash.



1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar em que medida o apoio às cotas raciais no ensino superior brasileiro expressa clivagens ideológicas associadas a conflitos culturais contemporâneos. A Lei nº 12.711/2012, sancionada durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, consolidou-se como um marco das políticas de ação afirmativa ao instituir critérios raciais e socioeconômicos para o ingresso nas universidades federais. A política foi amplamente defendida por setores progressistas como instrumento de reparação histórica e democratização do acesso ao ensino superior, mas também passou a ser alvo de forte contestação por grupos que a interpretam como injusta, contrária ao mérito individual e promotora de divisões raciais.

Esse conflito em torno das cotas não pode ser compreendido apenas como divergência sobre políticas educacionais. Ele se insere em um processo mais amplo de polarização cultural, no qual políticas de reconhecimento, diversidade e igualdade substantiva tornaram-se objetos centrais de disputa política. Conforme argumentam Inglehart e Norris (2019), transformações sociais associadas à ampliação de direitos e ao reconhecimento de grupos historicamente marginalizados têm provocado reações conservadoras orientadas pela defesa de valores tradicionais, pela centralidade do mérito individual e por concepções universalistas de justiça. Nesse contexto, políticas de ação afirmativa funcionam como símbolos centrais de um *cultural backlash*, mobilizando resistências que extrapolam interesses econômicos imediatos.

No campo do comportamento político, estudos clássicos e contemporâneos apontam que atitudes políticas são moldadas por disposições normativas e ideológicas internalizadas no interior da cultura política. Borba (2005) demonstra que ideologia e valores culturais operam como filtros interpretativos por meio dos quais os indivíduos organizam suas percepções sobre o mundo político, influenciando preferências eleitorais e posicionamentos diante de políticas públicas. Essa abordagem reforça a ideia de que escolhas políticas não decorrem apenas de cálculos racionais ou posições socioeconômicas, mas de sistemas de crenças que estruturam a avaliação de propostas e instituições.

Entretanto, parte da literatura brasileira tem destacado limites na capacidade da ideologia em organizar atitudes políticas de forma consistente. Oliveira e Turgeon (2015) mostram que, em diversos temas, o autoposicionamento ideológico apresenta baixa constrição sobre preferências políticas no Brasil, especialmente em contextos de menor sofisticação política. Essa evidência sugere que nem todas as políticas públicas ativam clivagens ideológicas profundas, tornando particularmente relevante identificar em quais agendas a ideologia se converte em eixo estruturante do comportamento político.

A literatura sobre ações afirmativas no Brasil indica que as cotas raciais constituem justamente uma dessas agendas culturalmente polarizadoras. Gomes (2024) mostra que governos de esquerda foram os principais responsáveis pela institucionalização de políticas redistributivas e de reconhecimento racial, enquanto administrações de centro-direita e direita priorizaram a expansão do



ensino superior por meio do setor privado, sem instrumentos explícitos de reparação. Oliveira, Bonomo e Rosa (2024) evidenciam que o debate público se estruturou em torno de enquadramentos antagônicos, nos quais a política é apresentada ora como justiça social, ora como violação do mérito individual. Esse embate intensificou-se com a ascensão da extrema-direita, que, segundo Peixoto (2022), passou a articular a crítica às cotas a discursos mais amplos de deslegitimação da universidade pública e das pautas do movimento negro. Mesmo entre negros de camadas médias, como mostra Lerner (2014), persistem posições ambivalentes, oscilando entre apoio à democratização do acesso e resistência à racialização das políticas públicas.

Diante desse cenário, torna-se fundamental investigar se o conflito cultural observado nos discursos políticos e midiáticos também se manifesta de forma sistemática na opinião pública. Para isso, este estudo utiliza dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2022, levantamento nacional conduzido pelo Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas, que reúne informações sobre posicionamento ideológico e atitudes em relação às cotas raciais no ensino superior. A autolocalização ideológica dos entrevistados, originalmente medida em uma escala de zero a dez, é recodificada em três categorias analíticas, esquerda, centro e direita, permitindo examinar como valores políticos estruturam as preferências sobre ações afirmativas.

O problema de pesquisa que orienta o artigo é o seguinte: em que medida o apoio às cotas raciais no ensino superior brasileiro está associado ao posicionamento ideológico dos indivíduos, refletindo uma dinâmica de *cultural backlash* contra políticas de reconhecimento racial? A hipótese central sustenta que indivíduos identificados com a direita apresentam menor probabilidade de apoiar as cotas, mobilizando valores meritocráticos e concepções universalistas de justiça, enquanto os posicionados à esquerda tendem a apoiar a política como instrumento de reparação histórica e igualdade substantiva, conforme previsto pela teoria do *cultural backlash* (Inglehart e Norris, 2019).

A relevância desta investigação insere-se diretamente no campo do comportamento político ao contribuir para a compreensão de como valores ideológicos e conflitos culturais estruturam atitudes da população diante de políticas públicas redistributivas e de reconhecimento. Ao dialogar com evidências que apontam limitações da ideologia em organizar preferências políticas no Brasil, o estudo identifica um domínio específico no qual clivagens normativas se tornam particularmente salientes, ampliando a capacidade explicativa das abordagens culturais sobre a opinião pública brasileira.

Além disso, ao articular o caso das cotas raciais à teoria do *cultural backlash*, o artigo conecta a experiência brasileira aos debates internacionais sobre polarização, conservadorismo cultural e resistência a políticas de diversidade. Essa aproximação permite compreender as ações afirmativas não apenas como política educacional, mas como objeto central de disputa simbólica no contexto contemporâneo.



O artigo está organizado da seguinte forma. Na primeira seção, desenvolve-se o referencial teórico, articulando os debates sobre ações afirmativas no Brasil à teoria do *cultural backlash* e às contribuições da literatura de comportamento político. Em seguida, apresenta-se o percurso metodológico, com a descrição da base de dados, das variáveis e das estratégias analíticas empregadas. Na terceira seção, são expostos os resultados empíricos da análise quantitativa. Posteriormente, realiza-se a discussão dos achados à luz da literatura teórica. Por fim, o artigo encerra-se com as considerações finais, nas quais se retomam os principais argumentos e se apontam implicações para pesquisas futuras.

2 CONFLITO CULTURAL, IDEOLOGIA E POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O debate sobre as cotas raciais no ensino superior brasileiro consolidou-se, desde os anos 2000, como um dos eixos centrais das disputas em torno das políticas públicas de inclusão. A aprovação da Lei nº 12.711/2012 representou um marco institucional ao reservar metade das vagas em universidades federais para estudantes oriundos de escolas públicas, com recortes de renda e critérios étnico-raciais. A política foi amplamente defendida como instrumento de reparação histórica e de promoção da justiça social, ao reconhecer desigualdades estruturais produzidas pelo racismo e pela exclusão educacional de longa duração (Gomes, 2025). Ao mesmo tempo, desde sua formulação, enfrentou resistências persistentes, que mobilizaram argumentos ancorados na defesa do mérito individual, no temor da racialização da sociedade e na crítica à intervenção estatal orientada por critérios identitários (DAFLON; FERES JUNIOR; CAMPOS, 2013).

Essa polarização não pode ser compreendida apenas como desacordo técnico sobre políticas educacionais. Ela revela conflitos mais profundos em torno de valores normativos, concepções de justiça e visões sobre o papel do Estado na correção de desigualdades históricas. Em diferentes contextos nacionais, pesquisas recentes têm mostrado que políticas de reconhecimento racial, de diversidade e de ampliação de direitos civis tendem a se converter em objetos centrais de disputas culturais, ativando reações conservadoras que extrapolam interesses econômicos imediatos. Nesse sentido, a teoria do *cultural backlash* oferece uma moldura explicativa particularmente fecunda para compreender a controvérsia em torno das ações afirmativas no Brasil. Segundo Inglehart e Norris (2019), as transformações associadas à expansão de direitos e ao reconhecimento de grupos historicamente marginalizados geraram reações orientadas pela defesa de valores tradicionais, pela centralidade do mérito individual e por concepções universalistas de cidadania, produzindo uma clivagem cultural que reorganiza preferências políticas contemporâneas.

Aplicada ao caso brasileiro, essa abordagem permite interpretar as cotas raciais não apenas como política redistributiva, mas como símbolo de um conflito normativo mais amplo sobre igualdade, identidade e justiça social. As resistências à política não decorrem exclusivamente de perdas materiais



percebidas, mas de rejeições culturais à lógica de reconhecimento racial e à intervenção estatal orientada por critérios identitários. Trata-se, portanto, de um conflito em que valores morais, concepções de cidadania e visões de mundo desempenham papel central na estruturação das atitudes políticas.

A literatura nacional sobre ações afirmativas confirma essa leitura ao evidenciar a forte associação entre orientação ideológica e posicionamento em relação às cotas. Gomes (2024) demonstra que governos de esquerda foram os principais responsáveis pela institucionalização de políticas redistributivas e de reconhecimento racial no ensino superior, incorporando explicitamente critérios étnico-raciais nos mecanismos de ingresso. Em contraste, governos de centro-direita e direita também promoveram a expansão do sistema universitário, mas priorizando a via privada e evitando instrumentos de reparação histórica. Esse padrão revela que, embora a ampliação do acesso à educação superior seja amplamente valorizada, as formas de enfrentamento das desigualdades refletem projetos políticos distintos, ancorados em concepções divergentes de justiça social.

Essa clivagem ideológica transborda para o debate público e para os enquadramentos midiáticos. Oliveira, Bonomo e Rosa (2024) mostram que a cobertura jornalística das cotas operou como arena simbólica de disputa, na qual a ideologia funcionou como metassistema interpretativo. Enquanto veículos progressistas apresentaram as ações afirmativas como mecanismo de justiça social e correção de desigualdades históricas, meios conservadores enfatizaram narrativas meritocráticas, questionando a legitimidade da política e seus supostos efeitos divisivos. Essa diferenciação evidencia que o conflito não se restringe à eficácia da política, mas envolve concepções antagônicas sobre igualdade, mérito e cidadania.

Mesmo entre os grupos potencialmente beneficiários, as atitudes em relação às cotas revelam ambivalências normativas. Lerner (2014), ao investigar profissionais negros de camadas médias no Rio de Janeiro, mostrou que parte deles apoia a política como instrumento de democratização do acesso à universidade, enquanto outra parcela a rejeita por considerá-la incompatível com a tradição da mestiçagem brasileira ou por temer processos de racialização social. Essas posições contraditórias indicam que a experiência objetiva de desigualdade não se traduz automaticamente em apoio às políticas de reconhecimento, sendo mediada por valores culturais, crenças sobre identidade nacional e concepções de justiça.

Nos últimos anos, a intensificação da polarização política ampliou ainda mais a centralidade simbólica das cotas raciais. Peixoto (2022) evidencia que, no contexto posterior ao *impeachment* de Dilma Rousseff e à ascensão da extrema-direita, os discursos contrários às ações afirmativas passaram a integrar uma ofensiva mais ampla contra a universidade pública e contra pautas históricas do movimento negro. Essa dinâmica é aprofundada por estratégias retóricas que negam a existência do racismo estrutural, exaltam a meritocracia abstrata e deslocam o debate para fatores exclusivamente



socioeconômicos, esvaziando o caráter reparador das políticas raciais (BARROSO; JESUS-OLIVEIRA, 2025). O conflito em torno das cotas, portanto, passa a operar como marcador simbólico de disputas mais amplas sobre democracia, igualdade e reconhecimento.

Nesse processo, o movimento negro desempenha papel central na construção de sentidos e na disputa cultural em torno das ações afirmativas. Como destaca Gomes (2025), o movimento atua como educador coletivo ao produzir saberes emancipatórios que desafiam narrativas de neutralidade racial e evidenciam o caráter histórico das desigualdades brasileiras. A defesa das cotas deve ser compreendida como parte de um projeto democrático de enfrentamento do racismo estrutural, no qual movimentos sociais, academia e Estado se articulam para redefinir os critérios de justiça social.

Ao mesmo tempo, o campo do comportamento político oferece contribuições fundamentais para compreender como esses conflitos simbólicos se traduzem em atitudes individuais. Borba (2005) demonstra que ideologia e valores culturais operam como filtros interpretativos por meio dos quais os cidadãos organizam suas percepções sobre o mundo político, influenciando tanto escolhas eleitorais quanto posicionamentos diante de políticas públicas. Essa perspectiva reforça a ideia de que preferências políticas são moldadas por sistemas de crenças normativas, e não apenas por interesses materiais ou cálculos racionais.

Entretanto, alguns estudos têm apontado limites na capacidade da ideologia de estruturar atitudes políticas de forma consistente no Brasil. Um deles é o de Oliveira e Turgeon (2015) que demonstra que, em diversos temas, o autopoicionamento ideológico apresenta baixa constrição sobre preferências políticas, especialmente em contextos de menor sofisticação política. Essa evidência sugere que nem todas as agendas públicas ativam clivagens ideológicas profundas, tornando particularmente relevante identificar os domínios em que valores políticos se tornam centrais na organização das atitudes.

É justamente nesse ponto que as ações afirmativas se destacam como política culturalmente polarizadora. Diferentemente de outras políticas públicas, as cotas raciais mobilizam concepções normativas sobre igualdade, mérito, identidade e justiça histórica, ativando clivagens ideológicas consistentes mesmo em um contexto no qual a ideologia frequentemente apresenta baixa capacidade explicativa. À luz da teoria do *cultural backlash*, pode-se argumentar que as ações afirmativas funcionam como gatilhos simbólicos de reação conservadora, estruturando preferências políticas em torno de valores culturais mais do que de interesses socioeconômicos imediatos.

Dessa forma, o conflito em torno das cotas raciais no Brasil contemporâneo deve ser interpretado como expressão de uma disputa cultural mais ampla sobre os fundamentos da justiça social e da cidadania. A polarização observada na política institucional, na mídia e nos movimentos sociais encontra correspondência potencial na opinião pública, na medida em que valores ideológicos organizam atitudes individuais diante das políticas de reconhecimento racial. Investigar empiricamente



essa relação torna-se fundamental para compreender como conflitos culturais se traduzem em comportamentos políticos concretos no país.

3 PERCUSSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Este estudo adota uma abordagem quantitativa baseada em dados de *survey*, com o objetivo de examinar como o posicionamento ideológico estrutura as atitudes da população brasileira em relação às cotas raciais no ensino superior. A base empírica utilizada é o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2022, levantamento nacional conduzido pelo Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas (CESOP/UNICAMP), que investiga comportamento político, valores e opiniões da população adulta no contexto eleitoral. O ESEB é amplamente reconhecido na literatura como fonte confiável para análises sobre cultura política e atitudes políticas no Brasil, por empregar amostragem probabilística e representar adequadamente diferentes regiões e grupos sociais do país.

A variável dependente da pesquisa corresponde à posição dos entrevistados em relação às cotas raciais no ensino superior. A pergunta original apresenta múltiplas alternativas, que foram recodificadas de modo a distinguir claramente entre apoio e rejeição à política, excluindo respostas indefinidas ou de não resposta. Assim, o apoio às cotas foi operacionalizado como uma variável dicotômica, em que o valor um (1) representa concordância com a política e o valor zero (0) indica oposição. Essa estratégia permite focalizar diretamente o conflito normativo em torno das ações afirmativas, que constitui o núcleo analítico do estudo.

O principal eixo explicativo é o posicionamento ideológico, originalmente medido pelo ESEB em uma escala de zero (0) a dez (10), na qual os extremos correspondem a esquerda e direita, respectivamente (CESOP/UNICAMP, 2022). Para fins analíticos, essa escala foi recodificada em três categorias substantivas, esquerda (0-2), centro (3-7) e direita (8-10). Essa opção metodológica visa facilitar a interpretação sociológica dos resultados, permitindo observar como grandes campos ideológicos, mais do que gradações individuais, estruturam as atitudes em relação às cotas raciais.

Além da ideologia, foram incorporadas variáveis de controle relacionadas às principais dimensões sociodemográficas associadas à desigualdade educacional no Brasil. Incluíram-se indicadores de raça ou cor, escolaridade e renda, de modo a avaliar se o efeito ideológico se mantém mesmo quando se consideram posições sociais objetivas. A variável racial foi agregada em categorias amplas, distinguindo indivíduos brancos, negros (pardos+pretos) e outros grupos, com o objetivo de captar desigualdades estruturais sem fragmentar excessivamente a amostra. Escolaridade e renda foram utilizadas em faixas, conforme a codificação original do *survey* (CESOP/UNICAMP, 2022).

Considerando o desenho amostral complexo do ESEB, todas as análises incorporaram os pesos amostrais fornecidos pela pesquisa. Essa ponderação assegura que os resultados reflitam adequadamente a composição da população brasileira adulta, corrigindo eventuais desequilíbrios de



representação decorrentes do processo de amostragem. O uso dos pesos é especialmente relevante em estudos de opinião pública, pois garante maior validade externa às estimativas apresentadas.

A estratégia analítica combina duas etapas complementares. Inicialmente, realizou-se uma análise descritiva, com a construção de tabelas e gráficos que permitem visualizar a distribuição do apoio às cotas raciais segundo o espectro ideológico. Essa etapa tem por finalidade evidenciar padrões gerais de associação, oferecendo uma leitura substantiva das clivagens políticas em torno da política de ações afirmativas.

Em seguida, procedeu-se à análise inferencial por meio de modelos de regressão logística ponderados. Essa técnica permite estimar a probabilidade de apoio às cotas em função do posicionamento ideológico, controlando simultaneamente por raça, renda e escolaridade. Em termos substantivos, essa abordagem possibilita verificar se a ideologia mantém efeito próprio sobre as atitudes políticas, independentemente das condições sociais dos indivíduos. Os resultados são apresentados tanto em coeficientes quanto em probabilidades previstas, estas últimas utilizadas para facilitar a interpretação sociológica dos efeitos observados.

Do ponto de vista ético, a pesquisa utiliza exclusivamente dados secundários de acesso público, coletados por instituição reconhecida e de acordo com protocolos de consentimento informado. As informações analisadas são anonimizadas, não permitindo a identificação individual dos respondentes, o que assegura a proteção da privacidade e o respeito aos princípios éticos da pesquisa em Ciências Sociais. A análise limita-se à exploração acadêmica dos dados, sem qualquer finalidade comercial ou de intervenção direta sobre os participantes.

Quanto aos limites da pesquisa, é importante destacar que o estudo se baseia em autorrelatos, sujeitos a vieses de desejabilidade social e a interpretações individuais das perguntas do survey. Além disso, embora a análise identifique associações robustas entre ideologia e apoio às cotas raciais, o desenho transversal dos dados não permite inferir causalidade direta. Outros fatores culturais e contextuais, não observados no banco de dados, podem também influenciar as atitudes políticas. Ainda assim, o uso de uma base representativa e de modelos ponderados oferece evidências consistentes sobre a centralidade das clivagens ideológicas no conflito em torno das ações afirmativas no Brasil.

4 RESULTADOS: IDEOLOGIA E APOIO ÀS COTAS

A análise descritiva permite observar, de forma direta, como o apoio às cotas raciais no ensino superior se distribui ao longo do espectro ideológico no Brasil. Ao restringir a amostra aos indivíduos que se autodeclaram de esquerda, centro ou direita, evidencia-se um padrão de clivagem política consistente, no qual valores ideológicos estruturam fortemente as atitudes em relação às ações afirmativas.



A Tabela 1 apresenta a distribuição do apoio e da rejeição às cotas raciais segundo o posicionamento ideológico dos entrevistados. Observa-se que entre os indivíduos identificados com a esquerda prevalece amplamente o apoio à política, configurando uma maioria expressiva favorável às ações afirmativas. No campo da direita, ocorre o movimento inverso, com predominância da rejeição às cotas, indicando resistência consistente à política de reconhecimento racial. O grupo situado no centro ideológico ocupa posição intermediária, combinando apoio relevante com níveis também significativos de oposição.

Tabela 1 – Distribuição (%) do apoio às cotas raciais segundo espectro ideológico, a partir dos microdados do ESEB (2022)

| Opinião | Esquerda | Centro | Direita |
|---------|----------|--------|---------|
| A Favor | 66,7 | 56,9 | 34 |
| Contra | 33,3 | 43,1 | 66 |

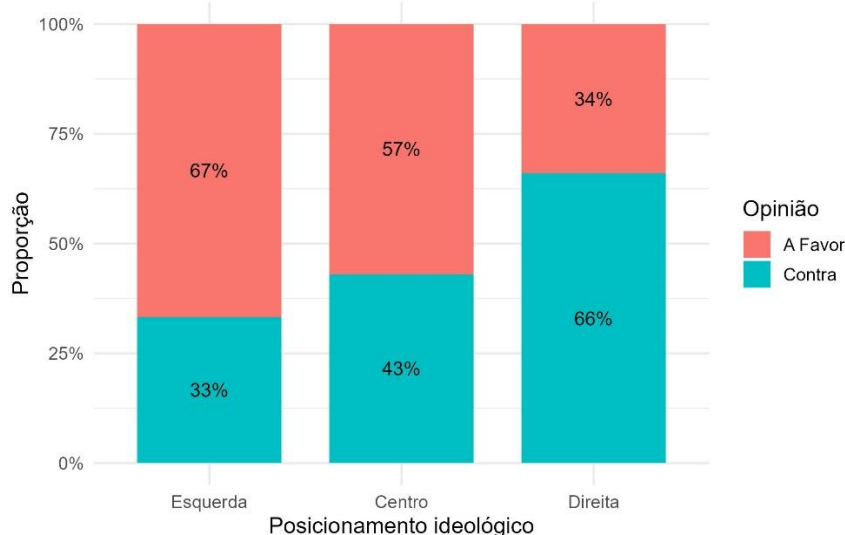
Fonte: Produção dos(as) autores(as) a partir dos microdados do ESEB 2022 (CESOP/UNICAMP, 2022).

Essa distribuição sugere que as cotas raciais operam como política culturalmente polarizadora, ativando posicionamentos normativos distintos entre os grandes campos ideológicos. Enquanto a esquerda tende a interpretar a política como instrumento de justiça social e correção de desigualdades históricas, a direita mobiliza valores associados ao mérito individual e à rejeição de critérios identitários. O centro, por sua vez, revela maior ambivalência, refletindo a coexistência de princípios igualitários e reservas quanto à intervenção estatal orientada por raça.

A visualização gráfica desses dados reforça a intensidade dessa clivagem. O Gráfico 1 apresenta as proporções de apoio às cotas dentro de cada campo ideológico, permitindo comparar diretamente os padrões entre esquerda, centro e direita. O contraste é nítido: o apoio é majoritário à esquerda, intermediário no centro e minoritário à direita, configurando um gradiente ideológico claro.



Gráfico 1 – Proporção de apoio às cotas raciais por posicionamento ideológico, a partir dos microdados do ESEB (2022)



Fonte: Produção dos(as) autores(as) a partir dos microdados do ESEB 2022 (CESOP/UNICAMP, 2022).

Esse gradiente evidencia que o conflito em torno das ações afirmativas não se distribui de forma aleatória na população, mas segue linhas ideológicas bem definidas. Trata-se de um padrão compatível com a lógica do *cultural backlash*, segundo a qual políticas de reconhecimento ativam reações conservadoras organizadas por valores normativos.

Além da proporção de apoio, é relevante observar a intensidade relativa da rejeição em cada grupo. Entre os indivíduos de direita, a oposição às cotas aparece como posição dominante, indicando que a política é percebida majoritariamente de forma negativa nesse campo. Já entre os indivíduos de esquerda, a rejeição é residual, sugerindo forte consenso interno em favor das ações afirmativas. O centro ideológico apresenta maior dispersão de opiniões, que pode figurar como espaço de conflito moderado entre valores concorrentes.

Esse padrão descritivo revela que as cotas raciais se converteram em marcador simbólico de identidade política no Brasil contemporâneo. Mais do que política educacional, elas passam a operar como sinal de pertencimento ideológico, no qual apoiar ou rejeitar a medida expressa concepções mais amplas sobre igualdade, mérito, Estado e reconhecimento racial.

Em suma, os resultados descritivos indicam que o apoio às cotas raciais está fortemente estruturado pelo posicionamento ideológico, com uma clivagem nítida entre esquerda e direita e uma posição intermediária do centro. Essa configuração sugere que as ações afirmativas constituem uma política culturalmente polarizadora, compatível com a dinâmica de conflitos normativos descrita pela teoria do *cultural backlash*.

Para além da descrição dos padrões de opinião, a pesquisa recorreu a procedimentos inferenciais com o objetivo de avaliar se a associação entre ideologia e apoio às cotas raciais se mantém quando se consideram simultaneamente outras características sociais dos indivíduos. Em termos substantivos, buscou-se verificar se o posicionamento ideológico exerce efeito próprio sobre as



atitudes em relação às ações afirmativas, independentemente de fatores como raça, renda e escolaridade.

Inicialmente, realizou-se um teste de associação entre ideologia e opinião sobre as cotas, incorporando os pesos amostrais do ESEB de 2022. Esse procedimento permitiu verificar se a distribuição observada nas análises descritivas difere de forma estatisticamente consistente do que seria esperado na ausência de relação entre as variáveis, sustentando empiricamente a existência de uma clivagem ideológica nas atitudes em relação às ações afirmativas.

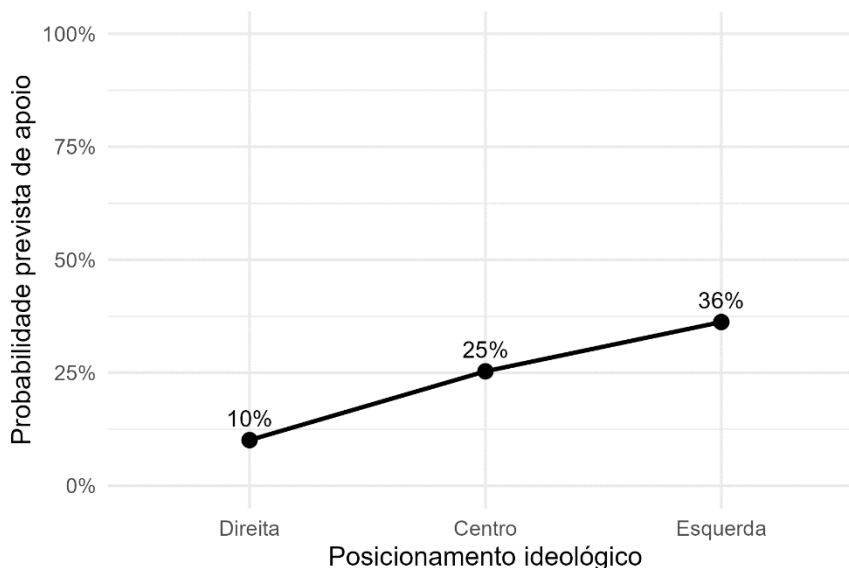
Na sequência, foram estimados modelos de regressão logística ponderados, apropriados à natureza dicotômica da variável dependente, que distingue apoio e rejeição às cotas raciais. Esses modelos possibilitam examinar como a probabilidade de apoio varia segundo o posicionamento ideológico, ao mesmo tempo em que se controlam diferenças sociodemográficas relevantes. Em termos analíticos, essa abordagem permite isolar o efeito da ideologia, avaliando se ela permanece central mesmo quando se consideram posições sociais objetivas.

Foram incorporadas como variáveis de controle a raça ou cor, a escolaridade e a renda dos entrevistados. Essa escolha visa, de um lado, considerar desigualdades estruturais associadas ao acesso à educação superior e, de outro, verificar se a clivagem ideológica observada decorre simplesmente da composição social dos diferentes campos políticos. Ao manter constantes essas dimensões, torna-se possível interpretar os efeitos da ideologia como expressão de valores políticos e culturais, e não como reflexo indireto de condições materiais.

Para tornar os resultados inferenciais substantivamente inteligíveis, os efeitos estimados nos modelos foram traduzidos em probabilidades previstas de apoio às cotas raciais para cada campo ideológico. Essa estratégia permite observar de forma direta como as chances de apoio variam entre esquerda, centro e direita, mantendo constantes as demais variáveis. O Gráfico 2 apresenta essas probabilidades previstas, funcionando como síntese visual do impacto ideológico sobre as atitudes em relação às ações afirmativas.



Gráfico 2 – Probabilidade prevista de apoio às cotas raciais por posicionamento, a partir dos microdados do ESEB (2022)



Fonte: Produção dos(as) autores(as) a partir dos microdados do ESEB 2022 (CESOP/UNICAMP, 2022).

A utilização desse recurso gráfico cumpre dupla função analítica. Em primeiro lugar, facilita a interpretação dos efeitos estimados, ao traduzir coeficientes abstratos em diferenças substantivas de comportamento político. Em segundo lugar, o Gráfico 2 evidencia um gradiente ideológico no apoio às cotas raciais, com redução progressiva da probabilidade prevista de apoio da esquerda para a direita, padrão que se mantém mesmo após o controle de características sociodemográficas.

Todos os procedimentos inferenciais incorporaram os pesos amostrais do ESEB, assegurando que as estimativas reflitam adequadamente a estrutura da população brasileira adulta. Essa ponderação é fundamental para garantir a validade externa dos resultados e evitar distorções associadas ao desenho amostral da pesquisa.

Em conjunto, a estratégia inferencial adotada permite ir além da identificação de associações descritivas, oferecendo evidências robustas sobre o papel estruturante da ideologia nas atitudes em relação às cotas raciais. Ao controlar características sociais e traduzir os efeitos em probabilidades previstas visualizadas graficamente, a análise fornece base empírica consistente para interpretar o conflito em torno das ações afirmativas como expressão de disputas normativas e culturais, em consonância com a lógica do *cultural backlash*.

5 VALORES, IDEOLOGIA E REAÇÕES CULTURAIS ÀS COTAS RACIAIS

Os resultados empíricos deste artigo demonstram de forma consistente que o apoio às cotas raciais no ensino superior brasileiro encontra-se estruturado por clivagens ideológicas bem definidas. Tanto na análise descritiva quanto no modelo inferencial ponderado observa-se um gradiente claro, no qual indivíduos identificados com a esquerda apresentam maiores probabilidades de apoiar a política, seguidos pelos que se posicionam no centro, enquanto os situados à direita concentram níveis



significativamente mais elevados de rejeição. Esse padrão persiste mesmo após o controle por raça, escolaridade e renda, indicando que a ideologia exerce papel autônomo na organização das atitudes em relação às ações afirmativas.

Esses achados dialogam diretamente com a tese do *cultural backlash* desenvolvida por Inglehart e Norris (2019), segundo a qual políticas voltadas à ampliação de direitos e ao reconhecimento de grupos historicamente marginalizados tendem a acionar reações conservadoras fundamentadas em valores morais, percepções de ameaça simbólica e defesa de hierarquias sociais tradicionais. No caso brasileiro, as cotas raciais não operam apenas como instrumento de democratização do acesso ao ensino superior, mas como política de reconhecimento racial explícito, que desafia narrativas consolidadas de neutralidade racial e mérito individual. A redução progressiva da probabilidade de apoio da esquerda para a direita sugere que a resistência às cotas expressa, em larga medida, uma reação cultural a transformações institucionais orientadas à justiça racial.

Essa centralidade dos valores na conformação das atitudes políticas é amplamente discutida na literatura sobre cultura política e comportamento político no Brasil. Borba (2005) argumenta que opiniões políticas não se formam de maneira isolada, mas são mediadas por sistemas de crenças e orientações ideológicas que estruturam como os indivíduos interpretam políticas públicas e conflitos sociais. A ideologia, nesse sentido, funciona como matriz simbólica que organiza percepções sobre igualdade, autoridade e papel do Estado. Os resultados encontrados neste artigo corroboram essa perspectiva ao evidenciar que o posicionamento ideológico atua como principal eixo explicativo do apoio às cotas, superando variáveis sociodemográficas tradicionais.

A associação entre esquerda e maior apoio às ações afirmativas também encontra respaldo em análises institucionais da política educacional brasileira. Gomes (2024) demonstra que a incorporação de critérios raciais nas políticas de acesso ao ensino superior foi impulsionada sobretudo por governos de esquerda, inserindo as cotas em um projeto mais amplo de justiça social e enfrentamento das desigualdades históricas. A correspondência entre esse alinhamento institucional e as atitudes observadas na opinião pública sugere que a política foi internalizada como marcador simbólico de campos políticos em disputa, reforçando sua dimensão ideológica.

O caráter conflitivo das cotas raciais também se manifesta no debate público e midiático. Oliveira, Bonomo e Rosa (2024) evidenciam que diferentes veículos de comunicação enquadraram a política a partir de valores ideológicos opostos, ora como instrumento de justiça social, ora como violação da meritocracia. Os resultados empíricos aqui apresentados indicam que tais enquadramentos não permaneceram restritos à arena discursiva, mas foram incorporados às atitudes da população, contribuindo para a cristalização de posições polarizadas ao longo do espectro ideológico.

A posição intermediária dos indivíduos que se declaram de centro reforça essa interpretação. As probabilidades previstas de apoio nesse grupo situam-se entre os extremos ideológicos, sugerindo



ambivalência normativa diante da política. Esse padrão é compatível com as tensões identificadas por Lerner (2014), que mostra como mesmo entre grupos potencialmente beneficiários coexistem percepções favoráveis à democratização do acesso e resistências ancoradas em ideais de mestiçagem, universalismo racial e mérito individual. O centro ideológico parece, assim, refletir um espaço de negociação entre valores igualitários e princípios meritocráticos, expressando a complexidade cultural do debate sobre ações afirmativas no Brasil.

A intensificação recente das resistências às cotas raciais também se insere em um contexto mais amplo de reação cultural conservadora. Peixoto (2022) demonstra que, após a ruptura política de 2016, as críticas às ações afirmativas passaram a integrar uma ofensiva mais ampla contra a universidade pública e contra agendas de reconhecimento racial. De forma semelhante, Barroso e Jesus-Oliveira (2025) evidenciam como lideranças conservadoras mobilizam narrativas que negam o racismo estrutural e exaltam a meritocracia abstrata como forma de deslegitimar políticas reparatórias. A associação negativa entre ideologia à direita e apoio às cotas observada neste estudo sugere que tais discursos encontram ressonância significativa na opinião pública, reforçando a leitura das cotas como símbolo de transformações culturais contestadas.

Parte da literatura sobre comportamento político argumenta que atitudes em relação a políticas públicas seriam fortemente determinadas por interesses materiais e posição socioeconômica (OLIVEIRA; TURGEON, 2015). De fato, alguns estudos indicam que renda e escolaridade exercem influência relevante sobre preferências políticas em diversos contextos. No entanto, para o caso específico das cotas raciais no ensino superior, os resultados aqui apresentados apontam para uma dinâmica distinta. Embora características sociais não sejam irrelevantes, elas apresentam efeitos mais modestos quando comparadas à ideologia. Assim, para essa política em particular, encontrou-se um padrão no qual os valores políticos e culturais desempenham papel mais central do que fatores estritamente socioeconômicos. Tal resultado não invalida os argumentos mais amplos sobre a importância da posição social no comportamento político, mas indica que, quando se trata de políticas de reconhecimento racial, os conflitos normativos assumem protagonismo explicativo.

Em síntese, os achados deste artigo sugerem que as cotas raciais se tornaram um dos eixos simbólicos centrais das disputas culturais contemporâneas no Brasil. O apoio ou a rejeição à política expressa alinhamentos ideológicos e sistemas de valores que transcendem avaliações instrumentais de custos e benefícios. Ao articular evidências empíricas com a literatura sobre *cultural backlash*, cultura política e ideologia, este estudo demonstra que as ações afirmativas operam como política de reconhecimento profundamente imbricada em conflitos morais e culturais. Dessa forma, o caso brasileiro revela como transformações institucionais voltadas à justiça social podem simultaneamente produzir avanços democráticos e reações conservadoras intensas, estruturando o comportamento político em torno de clivagens ideológicas duráveis.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar se o apoio às cotas raciais no ensino superior brasileiro está associado ao posicionamento ideológico da população, a partir dos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), em especial, a edição de 2022. Os resultados empíricos evidenciaram a existência de um gradiente ideológico consistente, no qual indivíduos identificados com a esquerda apresentam maiores probabilidades de apoiar a política, seguidos pelos que se posicionam no centro, enquanto os situados à direita concentram níveis significativamente mais elevados de rejeição. Esse padrão manteve-se mesmo após o controle por características sociodemográficas, indicando que a ideologia exerce papel central e autônomo na conformação das atitudes em relação às ações afirmativas raciais.

Ao articular esses achados com a literatura sobre *cultural backlash*, o estudo demonstrou que as cotas raciais operam como política de reconhecimento capaz de ativar conflitos morais e culturais profundos. Mais do que uma política educacional, elas simbolizam transformações institucionais orientadas à justiça racial, que desafiam narrativas tradicionais de mérito, neutralidade racial e hierarquias sociais naturalizadas. A reação observada sobretudo entre indivíduos posicionados à direita sugere que a resistência às cotas expressa não apenas discordâncias instrumentais, mas respostas culturais a agendas de equidade e reconhecimento promovidas pelo Estado brasileiro, em particular, nas gestões de governos progressistas.

Os resultados também dialogam com a literatura nacional sobre ideologia, cultura política e políticas públicas, ao evidenciar que valores políticos estruturam de forma decisiva as opiniões sobre ações afirmativas. A incorporação das cotas como marcador simbólico de campos ideológicos em disputa reforça a compreensão de que o comportamento político no Brasil não se organiza exclusivamente em torno de interesses materiais, mas é atravessado por sistemas de crenças, orientações normativas e disputas culturais.

É importante ressaltar que os achados deste artigo não têm como objetivo refutar trabalhos que enfatizam o papel da posição social na formação das atitudes políticas, como Oliveira e Turgeon (2015). Ao contrário, tais contribuições permanecem fundamentais para compreender múltiplas dimensões do comportamento político. No entanto, ao focalizar especificamente a política de cotas raciais no ensino superior, este estudo encontrou um padrão distinto, no qual a ideologia e os valores culturais assumem protagonismo explicativo em relação a variáveis socioeconômicas. Assim, não se trata de invalidar argumentos mais amplos sobre a influência da estrutura social, mas de indicar que, para políticas de reconhecimento racial, os conflitos normativos tendem a se tornar centrais.

Apesar das contribuições, este artigo apresenta limites que devem ser considerados. Em primeiro lugar, a análise baseia-se em dados transversais, o que impede inferências causais sobre a formação das atitudes ao longo do tempo. Em segundo lugar, embora o modelo incorpore controles sociodemográficos relevantes, outras dimensões culturais e cognitivas, como percepções de justiça,



experiências diretas de discriminação ou consumo de informação política, não foram exploradas com maior profundidade. Além disso, o uso de categorias ideológicas amplas, embora metodologicamente adequado para o objetivo do estudo, pode ocultar heterogeneidades internas aos grupos de esquerda, centro e direita.

Ainda assim, os resultados oferecem contribuições relevantes para os estudos de comportamento político no Brasil. Ao demonstrar que o apoio às cotas raciais está fortemente estruturado por valores ideológicos e reações culturais, o artigo amplia a compreensão sobre como políticas públicas de reconhecimento se inserem em disputas simbólicas contemporâneas. Além disso, ao dialogar com a literatura internacional sobre *cultural backlash*, o estudo contribui para inserir o caso brasileiro em debates comparativos sobre reações conservadoras a agendas de inclusão e diversidade.

Para pesquisas futuras, sugere-se explorar a dinâmica temporal dessas atitudes, investigando como o apoio às cotas evoluiu ao longo de diferentes conjunturas políticas. Também seria relevante examinar de forma mais aprofundada os mecanismos culturais que mediam a relação entre ideologia e opinião, como percepções de mérito, concepções de justiça e representações sobre raça e desigualdade. Por fim, análises comparativas entre diferentes políticas de reconhecimento poderiam contribuir para identificar em que contextos os conflitos culturais se tornam mais intensos.

Em síntese, este artigo evidencia que as cotas raciais no ensino superior brasileiro constituem não apenas uma política educacional, mas um dos principais eixos simbólicos das disputas ideológicas contemporâneas. Ao revelar como valores culturais estruturam o apoio e a rejeição à política, o estudo contribui para compreender os desafios da promoção da igualdade racial em sociedades marcadas por profundas tensões normativas e por processos contínuos de reconfiguração do comportamento político.



REFERÊNCIAS

- BARROSO, I. S.; JESUS-OLIVEIRA, D. A. Cotas raciais e a influência do discurso político: análise de falas do clã Bolsonaro. *Revista Gatilho, Juiz de Fora*, v. 28, p. 131-159, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/gatilho/article/view/47246/29206>. Acesso em: 30.set.2025.
- BORBA, J. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião pública*, v. 11, p. 147-168, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/xc5Wcx4nSrWK7DyPDbWBY7R/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 dez.2025.
- CESOP/UNICAMP. Microdados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) 2022. Campinas: CESOP/UNICAMP, 2022. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4680. Acesso em: 20 set.2025.
- DAFLON, V. T.; FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de pesquisa*, v. 43, n. 148, p. 302-327, 2013. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/v43n148/v43n148a15.pdf>. Acesso em: 28.set.2025.
- GOMES, N. L. Movimento negro educador, saberes emancipatórios e a construção de um projeto democrático. *Revista Linguagem em Foco, Fortaleza*, v. 16, n. 4, p. 12-33, 2025. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/download/15207/12836>. Acesso em: 28.set.2025.
- GOMES, S. Direita e esquerda explicam as escolhas de políticas públicas para a educação superior no Brasil? *Revista de Sociologia e Política*, v. 32, p. e012, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/tjkKBM4kwWtx5MMrrhx4NkF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29.set.2025.
- NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge University Press, 2019.
- LERNER, S. M. A política de cotas raciais no Brasil segundo a percepção de negros de camadas médias do Rio de Janeiro. *Sociedade e Cultura*, v. 17, n. 2, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fchf/article/download/38277/19392>. Acesso em: 29.set.2025.
- OLIVEIRA, C.; TURGEON, M. Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. *Opinião Pública*, v. 21, p. 574-600, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/Pb63mLjcLy8pNzjjKRGmZmG/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 dez.2025.
- OLIVEIRA, E. F. de; BONOMO, M.; ROSA, E. M. Direita e Esquerda: Os dissensos no debate sobre as cotas universitárias nas revistas *Carta Capital* e *Veja*. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 47, p. e2024113, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/MG8G3b7Tg9vpQkjwZj8xG4K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30.set.2025.
- PEIXOTO, E. M. L. Dez anos de cotas raciais: a revisão das cotas no contexto da ascensão da extrema-direita. *V Congresso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales. "Democracia, justicia e igualdad"* FLACSO Uruguay, 2022. Disponível em: <https://congreso.flacso.edu.uy/wp-content/uploads/2023/05/EJE20190738.pdf>. Acesso em: 29.set.2025.

